



De São Paulo (SP) para Petrolina (PE), 25 de Março de 2019

1

Aos Srs Sócios São Francisco Assistência Médica Ltda.

Ref. Relatório dos Auditores Independentes 2018.

Encaminhamos a seguir, o relatório dos auditores independentes referente ao exercício de 2018, decorrente dos nossos exames nas demonstrações contábeis de 2018.

Agradecemos desde já a atenção dispensada, e nos encontramos à inteira disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,

Alex Ribeiro Telo
Sócio de Auditoria

SÃO FRANCISCO ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS DE 2018 E 2017
ACOMPANHADA DO RELATÓRIO DOS AUDITORES
INDEPENDENTES**

ÍNDICE

ATIVO	03
PASSIVO	04
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO	05
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES PATRIMÔNIO LÍQUIDO	06
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	07
NOTAS EXPLICATIVAS	08
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	25

SÃO FRANCISCO ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA
Petrolina - PE
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (Expresso em Reais)

		R\$	R\$
	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<u>CIRCULANTE</u>		10.272.698,92	4.838.649,39
Disponível	4	31.605,38	39.821,62
Realizável		10.241.093,54	4.798.827,77
Aplicações Financeiras		363.011,38	175.900,84
Aplicações Garantidoras de Provisões		2.069.245,01	1.801.433,49
<u>Total de Aplicações Livres e Garantidoras</u>	<u>5</u>	<u>2.432.256,39</u>	<u>1.977.334,33</u>
Créditos com Planos de Assistência à Saúde	6	6.235.943,44	4.369.562,24
Contraprestação Pecuniária a Receber		6.235.943,44	4.369.562,24
Títulos a Receber	7	-	-
Bens e Títulos a Receber	8	1.572.893,71	253.364,69
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		7.043.167,00	6.908.467,10
Títulos e Créditos a Receber	9	-	338.000,00
Investimentos		4.204.032,65	3.967.736,44
Participações Societárias - Rede Hospitalar Própria	10	4.092.320,49	3.967.736,44
Outros Investimentos		111.712,16	-
Imobilizado	11	2.839.134,35	2.602.730,66
Imóveis de Uso Próprio - Hospitalares		366.995,31	373.317,99
Imóveis de Uso Próprio - Não Hospitalares		25.000,00	25.000,00
Bens Móveis - Hospitalares		2.381.439,58	1.800.123,30
Bens Móveis - Não Hospitalares		-	278.772,89
Outras Imobilizações		65.699,46	125.516,48
TOTAL DO ATIVO		<u>17.315.865,92</u>	<u>11.747.116,49</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

SÃO FRANCISCO ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA
Petrolina - PE
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (Expresso em Reais)

	Nota	R\$	R\$
		2018	2017
PASSIVO			
<u>CIRCULANTE</u>		11.093.369,96	9.999.562,15
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	12	6.605.954,97	6.429.671,33
Provisão de Prêmios / Contraprestações Não Ganhas PPCNG	12.a	2.709.909,09	2.548.357,40
Provisões de eventos / Sinistros a Liquidar para SUS	12.b	1.184.844,98	1.090.111,05
Provisões de Eventos / Sinistros a Liquidar	12.c	1.652.590,89	1.247.022,71
Provisões de Eventos Ocorridos e Não Avisados PEONA	12.d	1.058.610,01	1.544.180,17
Tributos e Contribuições	13	3.124.762,30	1.434.073,33
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	14	1.060.975,01	1.556.853,87
Débitos Diversos	15	301.677,68	578.963,62
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		10.149.133,98	13.187.527,05
Provisão de Eventos a Liquidar - SUS	16	778.815,90	915.265,38
Provisões para Ações Judiciais	17	180.154,52	108.600,00
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	18	8.700.358,07	10.288.246,04
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	19	489.805,49	1.033.040,47
Débitos Diversos	20	-	842.375,16
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	21	- 3.926.638,02	- 9.638.539,22
Capital Social		759.266,02	503.833,27
Capital Social		200.000,00	200.000,00
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		559.266,02	303.833,27
Reservas		(4.685.904,04)	(10.142.372,49)
Reservas de Lucros		1.787.364,62	1.787.364,62
Prejuízos Acumulados		(6.473.268,66)	(11.929.737,11)
Quotas em Tesouraria		-	-
TOTAL DO PASSIVO		17.315.865,92	13.548.549,98

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

SÃO FRANCISCO ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA
Petrolina - PE
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (Expresso em Reais)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

	R\$ 2018	R\$ 2017
RECEITAS		
Contraprestações Efetivas de Planos De Assist.	54.050.685,18	42.992.099,43
Contraprestações Líquidas	55.349.679,99	43.403.111,72
Tributos Diretos de Operações com Planos de Assist	(1.298.994,81)	(411.012,29)
Eventos Indenizáveis Líquidos	(39.482.624,88)	(37.343.070,01)
Eventos Conhecidos ou Avisados	(39.482.624,88)	(36.012.107,11)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados	-	(1.330.962,90)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	14.568.060,30	5.649.029,42
Outras Receitas Operacionais	507.262,75	3.648.844,09
Outras Despesas Operacionais	(659.016,78)	(1.569.315,71)
RESULTADO BRUTO	14.416.306,27	7.728.557,80
Despesas de Comercialização	(1.683.974,61)	(1.327.172,78)
Despesas Administrativas	(6.688.029,57)	(6.811.058,15)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	6.044.302,09	(409.673,13)
Receitas Financeiras	141.058,25	166.754,91
(-) Despesas Financeiras	(1.189.025,62)	(1.385.414,14)
RESULTADO PATRIMONIAL	4.996.334,72	(1.628.332,36)
Receitas Patrimoniais	447.208,16	30.847,48
(-) Despesas Patrimoniais	(256.925,19)	(1.321.429,80)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	5.186.617,69	(2.918.914,68)
Imposto de Renda	(524.615,14)	-
Contribuição Social	(314.769,09)	-
Resultado do Período	4.347.233,46	(2.918.914,68)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

SÃO FRANCISCO ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA
Petrolina - PE

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

<u>EVENTOS/CONTAS</u>	<u>Capital Social</u>	<u>AFAC</u>	<u>Quotas em Tesouraria</u>	<u>Reservas de Lucros</u>	<u>Prejuízos Acumulados</u>	<u>Total</u>
Ações em Tesouraria						
Prejuízo Líquido do Exercício					(1.586.372,68)	(1.586.372,68)
Distribuição de Lucros					(295.000,00)	(295.000,00)
Reserva de Lucros				(19.775,75)		(19.775,75)
SALDOS EM 31/12/2016	200.000,00	210.000,00	(676.000,00)	1.787.364,62	(1.123.889,22)	397.475,40
(+) Aportes de Capital		93.833,27				93.833,27
(+) Aumento de Capital Social						
(-) Ajustes Contábeis ID			676.000,00		-7.886.933,21	-7.210.933,21
(-) Resultado do Período					-2.918.914,68	-2.918.914,68
SALDOS EM 31/12/2017	200.000,00	303.833,27	-	1.787.364,62	(11.929.737,11)	(9.638.539,22)
(+) Aportes de Capital		255.432,75				255.432,75
(+) Ajustes Contábeis					1.109.235,00	1.109.235,00
(-) Resultado do Exercício					5.186.617,69	5.186.617,69
(-) Impostos s/ Lucro					-839.384,24	-839.384,24
SALDOS EM 31/12/2018	200.000,00	559.266,02	-	1.787.364,62	(6.473.268,66)	(3.926.638,02)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

SÃO FRANCISCO ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA
Petrolina - PE

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO DIRETO
ANO DE 2018 E 2017 - Em Reais

DESCRIÇÃO	31.12.2018	31.12.2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de Planos de Saúde	51.601.714,11	45.666.473,29
Outros Recebimentos Operacionais	0,00	24.363,05
Pagamentos a Fornecedores/Prestadores de Servs	-38.031.148,36	-33.006.385,79
Pagamentos de Comissões	-725.377,23	-1.329.496,19
Pagamentos de Pessoal	-1.015.652,02	-1.178.796,14
Pagamentos de Serviços de Terceiros	-1.694.788,26	-1.899.748,19
Pagamentos de Tributos	-3.264.361,81	-2.145.835,47
Pagamentos de Aluguel	-110.950,79	-160.247,44
Pagamentos de Promoção / Publicidade	-14.462,86	-72.939,15
Outros Pagamentos Operacionais	-4.516.483,16	-3.249.103,09
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	2.228.489,62	2.648.284,88
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Recebimentos de Venda de Investimento		
Outros Recebimentos das Atividades de Investimentos		
Pagamentos na Aquisição de Ativo Imobilizado - Outros	R\$ (2.364,95)	R\$ -
Outros Pagamentos da Atividade de Investimento	R\$ (72.339,84)	R\$ (86.917,82)
Caixa Líquido das Atividades de Investimento	R\$ (74.704,79)	R\$ (86.917,82)
Fluxo de caixa das atividades de Financiamento		
Recebimentos de Empréstimos e Financiamentos	1.592.455,78	1.388.310,58
Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras		
Resgate de Aplicações Financeiras		
Pagamento de Participação nos Resultados	-153.743,60	0,00
Pagamento de Juros sobre Encargos	-387.131,02	-735.677,65
Pagamentos de Amortização de Empréstimos/Leasing	-1.413.071,08	-3.210.496,44
Aplicações Financeiras	-4.242.982,61	
Integralização de Capital	113.599,62	0,00
Outros Pagamentos das Atividades de Financiamento	-33.826,49	0,00
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	R\$ (4.524.699,40)	R\$ (2.557.863,51)
Variação Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	R\$ (2.370.914,57)	R\$ 3.503,55
Caixa e equivalentes de Caixa no início do período	R\$ 39.821,62	R\$ 36.318,07
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	R\$ 31.605,38	R\$ 39.821,62
Aumento/ Diminuição líquido do caixa e equivalentes de caixa	R\$ (8.216,24)	R\$ 3.503,55

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

SÃO FRANCISCO ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA**NOTAS EXPLICATIVAS REFERENTES ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE
2018 E 2017****1) CONTEXTO OPERACIONAL**

A São Francisco Assistência Médica Ltda é uma sociedade limitada, constituída e 12 de Abril de 1.999, com fins lucrativos e tem como objetivo social a prestação de serviços de assistência médica, através de operações de Planos Privados de Assistência à Saúde. Sua sede administrativa na cidade de Petrolina-PE.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de conformidade com a legislação comercial e fiscal em vigor, com observância da Lei das Sociedades por ações 11.638/07, das Normas Brasileiras de Contabilidade, e padrões da Agência Nacional de Saúde, conforme novo plano de contas estabelecido pela RN 290 de 27 de Fevereiro de 2012, atualizado pelas RN 314/2012, RN 322/2013 e RN 344/2013, 430/17, como também parcialmente os aspectos relacionados à lei 11.638/2007 e 11.941/2009, e as Regulamentações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. A operadora também atendeu os quesitos da NBCT 10.21, na formatação das demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 estão sendo apresentadas em conjunto com as correspondentes de 2017, de forma a permitir a comparabilidade.

A exigência da Demonstração dos Fluxos de Caixa foi atendida, mediante sua montagem pelo método direto, conforme RN 290 de 27 de Fevereiro de 2012, atualizado pelas RN 314/2012, RN 322/2013 e RN 344/2013, 430/17 com a reconciliação do de acordo com o pronunciamento técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis número 03 (R2) e CFC NBC TG 03 (R2) - Resolução nº 1296/10.

A data da autorização para conclusão e elaboração das demonstrações contábeis foi em **13 de Março de 2019** e foi dada pelos sócios.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1.Regime de Escrituração

A operadora adota o regime de competência para registro de suas operações. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

3.2.Estimativas Contábeis

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas sobre créditos, provisões técnicas, estimativas do valor justo de determinados ativos e passivos, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

3.3 Aplicações Financeiras

Estão demonstradas ao custo de aplicação até 31 de dezembro de 2018, seguindo a apropriação pró-rata das taxas contratadas.

NOTA 5 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS

DESCRIÇÃO	2018	2017
Aplicações Financeiras	2.432.256,39	1.977.334,33
Aplicações de Liquidez imediata	363.011,38	0,00
Bradesco	7.486,34	0,00
Unicred	355.525,04	0,00
Aplicações Garantidoras	1.802.907,00	1.801.433,49
Bradesco 3045	95.840,09	91.233,60
Unicred	1.707.066,91	1.610.199,89
Fundo Garantidor	0,00	100.000,00
Aplicações Livres	266.338,01	175.900,84
BRADESCO 3527	250.022,26	164.601,64
BRADESCO 3045	16.315,75	11.299,20

3.4. Créditos de operações com planos de assistência à saúde

São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos, pois não possuem caráter de financiamento em contrapartida à: (i) conta de resultado de contraprestações efetivas de operações de assistência à saúde para os Planos Médico-Hospitalares e (ii) conta de resultado “receitas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da Operadora” no que se refere aos serviços médicos e hospitalares prestados a particulares e as outras Operadoras de Planos Médico-Hospitalares. A operadora constitui a provisão para créditos de liquidação duvidosa de acordo com o item 9.2.3 do Capítulo I do ANEXO I da RN 290, atualizado pelas RN 314/2012, RN 322/2013 da Agência Nacional de Saúde, considerando de difícil realização os créditos:

- I. Nos planos individuais com preço pré-estabelecido, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 60 (sessenta) dias, a totalidade do crédito desse contrato foi provisionada;
- II. Para todos os demais planos, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato foi provisionada;
- III. Para os créditos de operações não relacionadas com planos de saúde de assistência à saúde da própria operadora, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito foi provisionada;

3.5. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

As provisões técnicas foram calculadas de acordo com as determinações da Resolução Normativa RN nº 209/2009 e alterações, com exceção da provisão de eventos a liquidar que é calculada com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência à saúde efetivamente recebidas pelas operadoras e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas conforme estabelecido pela RN ANS nº 209/09 e RN 290/2012 e suas alterações.

a) Provisões Técnicas:

- i. Provisão de Eventos a Liquidar, para as obrigações que envolvem os custos com assistência à saúde médica hospitalar dos usuários de planos de saúde da operadora;

-
- ii. Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA, destinada para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados à Operadora. Constituída com base nos parâmetros previstos na Resolução Normativa - RN nº 209 de 22/12/2009 e alterações, expedida pela ANS.

3.6. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da operadora e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação legal ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.7. Apuração de resultado e reconhecimento de receita

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais a índices ou taxas oficiais incidentes sobre os ativos circulantes e não circulantes e os passivos circulantes e não circulantes. Do resultado são deduzidas/acrescidas as parcelas atribuíveis de imposto de renda e contribuição social.

As Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos são apropriadas à receita considerando-se o período de cobertura do risco, quando se tratarem de contratos com preços pré-estabelecidos. Nos contratos com preços pós-estabelecidos e nas operações de prestação de serviços de assistência a saúde, a apropriação da receita é registrada na data em que se fizerem presentes os fatos geradores da receita, de acordo com as disposições contratuais, ou seja, a data em que ocorrer o efetivo direito ao valor a ser faturado.

3.8 Reconhecimento dos eventos indenizáveis

Os eventos indenizáveis são constituídos com base no valor das faturas apresentadas pela rede credenciada e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas. Como parte dessas faturas não são apresentadas dentro do período da sua competência, ou seja, há eventos realizados nestes prestadores e cooperados que não são cobrados/avisados na totalidade a Operadora ao final de cada mês, os eventos ocorridos e não avisados são registrados mediante constituição de PEONA - Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados.

3.9. Normas Internacionais de Contabilidade

A operadora vem adotando as Normas Internacionais de Contabilidade aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, com exceção da CPC 11 de seguros e da ICPC-10 do Imobilizado do qual não foram aprovadas pela Agência Nacional de Saúde, portanto não adotadas pelas operadoras de planos de saúde.

As demais Normas Internacionais de Contabilidade aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis são aplicáveis às demonstrações

contábeis da cooperativa no que não contrariarem a Resolução Normativa nº 290/2012 e alterações, no qual em alguns casos não aplica integralmente as situações destacadas nestes pronunciamentos, adotando regras específicas a serem aplicadas ao setor de saúde.

4) DISPONÍVEL

a) Caixa e Bancos

Compõe a conta de Caixa e Depósitos Bancários os valores de R\$ 31.463,17 (Trinta e um mil, quatrocentos e sessenta e três reais e dezessete centavos).

5) APLICAÇÕES FINANCEIRAS

A **São Francisco** dividiu o valor de suas aplicações financeiras entre as principais instituições financeiras do mercado:

NOTA 5 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS

DESCRIÇÃO	2018	2017
Aplicações Financeiras	2.432.256,39	1.977.334,33
Aplicações de Liquidez imediata	363.011,38	0,00
Bradesco	7.486,34	0,00
Unicred	355.525,04	0,00
Aplicações Garantidoras	1.802.907,00	1.801.433,49
Bradesco 3045	95.840,09	91.233,60
Unicred	1.707.066,91	1.610.199,89
Fundo Garantidor	0,00	100.000,00
Aplicações Livres	266.338,01	175.900,84
BRADESCO 3527	250.022,26	164.601,64
BRADESCO 3045	16.315,75	11.299,20

6) CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM ASSISTÊNCIA A SAÚDE

A composição dos “Créditos de Operações de Assistência a Saúde” está representada pelas contas demonstradas a seguir:

DESCRIÇÃO	2018	2017
Contraprestações Pec.	6.235.943,44	5.561.731,43
Faturas a Receber - PF	3.433.356,17	5.434.017,91
Faturas a Receber - PJ	2.985.422,29	275.237,74
(-) PPSC	-182.835,02	-147.524,22

07) -CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

Referem-se aos saldos a Compensar de Créditos Tributários, tais como: Imposto de Renda Retido na Fonte sobre Aplicações Financeiras, Faturas de Terceiros, PIS, COFINS e Contribuição Social a Compensar, porém devido a duvidosa realização, foi baixada integralmente por solicitação através de Instrução Diretiva (ANS).

08) -BENS E TÍTULOS A RECEBER

Referem-se aos saldos de adiantamentos a funcionários, adiantamentos diversos e compreende ainda, depósitos judiciais.

09) -TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

Referem-se a adiantamentos efetuados pelos sócios no período.

10) -INVESTIMENTOS

Os valores compreendem a participação societária na sociedade coligada, na qual a sociedade detém 94% do capital social do Centro Hospitalar São Francisco Ltda e contratualmente designada sócia coligada, sendo avaliada pelo método de equivalência patrimonial.

11) -IMOBILIZADO

Os bens do ativo imobilizado, não hospitalares estão demonstrados pelo valor de aquisição, as depreciações são calculadas pelo método linear às taxas fiscais.

16

12) PROVISÕES TÉCNICAS

a) **Provisão de Prêmio / Contraprestação Não Ganha**

Caracteriza-se pelo registro contábil do valor mensal cobrado pela operadora para cobertura de risco contratual da vigência que se inicia naquele mês, devendo ser baixada a crédito de Receita de Prêmios ou Contraprestação, no último dia do mês de competência, pelo risco já decorrido no mês.

b) **Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS**

Refere-se ao valor cobrado pela ANS referente ao ressarcimento ao SUS, sendo o valor contabilizado pelo valor cobrado no momento do recebimento da conta médica e ajustado mensalmente pelo valor informado no site da ANS.

c) **Provisão de Eventos a Liquidar**

Provisão para garantia de eventos já ocorridos, registrados contabilmente e ainda não pagos. RN ANS nº 209/09 e alterações que determinou a constituição desta provisão a partir de 1º de janeiro de 2010, cujo registro contábil é realizado no momento da apresentação da cobrança às operadoras e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas.

Foi publicada a RN 227/10 com alteração pela RN 274/2011, que determinou que a provisão para eventos a liquidar devem ser lastreada por ativos garantidores que atendam os critérios da RN 159/2007, sendo opcional a vinculação para eventos que tenham sido avisados nos últimos 30 dias no caso de Operadora de Grande Porte e 60 dias para Operadora de Médio e Pequeno Porte.

d) Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)

Regulamentado pelo art. 16 da RN 209 da ANS, representa os eventos ocorridos porém não avisados a operadora, cujo valor deve ser baseado em (i) cálculo atuarial de acordo com nota técnica aprovada pela ANS, ou (ii) na ausência de nota técnica aprovada pela ANS utilizar (8,5% para as Operadoras de Médio e Pequeno porte) das contraprestações líquidas dos últimos doze meses ou 12% (10% para as Operadoras de Médio e Pequeno porte) dos eventos indenizáveis conhecidos, dos dois o maior.

Adicionalmente as operadoras de plano de saúde do grupo estão sujeitas às seguintes exigências estabelecidas pela RN ANS nº 159/07, RN 209/2009, RN 227/2010, RN 246/2011 e RN 313/2012:

13. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

As declarações de rendimentos, assim como outros tributos e contribuições sociais estão sujeitos a uma revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades fiscais durante um período de cinco anos. Parte dos Valores encontram-se registrados no Curto Prazo e Parte no Exigível a Longo Prazo. Inclui os valores referentes a adesão ao REFIS em data de 26.09.2017 no qual se reconhece as parcelas a curto prazo.

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A PAGAR – CURTO PRAZO

São empréstimos e obtidos junto a instituições financeiras devidamente regulamentadas, as quais ficam assim descritas:

CURTO PRAZO

DESCRIÇÃO	2018	2017
Empréstimos	1.060.975,01	1.556.853,87
Bradesco 3527	237.077,84	271.088,94
Unicred	445.219,11	1.242.750,59
Bradesco 3045	378.678,06	496.613,71
(-) Juros a Apropriar	0,00	-453.599,37

15. DÉBITOS DIVERSOS

Estão representados pelas obrigações com pessoal e fornecedores.

16. PROVISÃO DE EVENTOS A LIQUIDAR SUS

São valores decorrentes de Ressarcimento ao SUS conforme reconhecido pela operadora na data de encerramento das demonstrações contábeis.

17. PROVISÃO PARA AÇÕES JUDICIAIS

São constituídas com base nas estimativas apontadas pelo relatório da assessoria jurídica sobre processos de ações cíveis e trabalhistas em que não haja expectativa remota de êxito.

18. TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

São os valores decorrentes de apropriação do saldo do parcelamento dos tributos (REFIS) superiores a 12 meses, apropriados pelo regime de competência, conforme protocolo em data de 26.09.2017.

19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A PAGAR – LONGO PRAZO

São descritos a seguir:

LONGO PRAZO

DESCRIÇÃO	2018	2017
Empréstimos	489.805,49	1.821.207,90
Bradesco 3527	0,00	0,00
Unicred	489.805,49	1.751.207,90
Bradesco 3045	0,00	0,00
(-) Juros a Apropriar	0,00	0,00
Outros Empréstimos	0,00	70.000,00

20. DÉBITOS DIVERSOS

São valores representados por dívidas com terceiros, as quais foram renegociadas para pagamento a longo prazo.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO – PASSIVO A DESCOBERTO

A operadora apresenta o seu passivo a descoberto no valor de R\$ 3.926.638,02 (Três Milhões, novecentos e vinte e seis mil, seiscentos e trinta e oito reais e dois centavos). A operadora declara que elaborou as demonstrações contábeis no pressuposto da continuidade operacional, tendo em vista ter apresentado o PLAEF, conforme o cumprimento do Plano de Saneamento, cuja posição analisada pela operadora fica assim descrita:

PLANO DE SANEAMENTO
APRESENTAÇÃO PREVISTO X REALIZADO 4º TRIMESTRE 2018

<u>RECEITAS</u>		
PREVISTO	REALIZADO	ACIMA
43.149.143,00	54.050.685,00	25.%
<u>EVENTOS INDENIZAVEIS</u>		
PREVISTO	REALIZADO	ACIMA
35.392.686,00	39.482.624,00	12.%
<u>RESULTADO LIQUIDO</u>		
PREVISTO	REALIZADO	ACIMA
3.728.820,00	4.347.233,00	17.%
<u>CARTEIRA CLIENTE</u>		
PREVISTO	REALIZADO	ACIMA
19.154	20.907	9.%
<u>TICKET MEDIO</u>		
PREVISTO	REALIZADO	ACIMA
103,46	130,60	26.%
<u>LIQUIDEZ GERAL</u>		
PREVISTO	REALIZADO	ACIMA
0,80	0,82	0,2.%
<u>LIQUIDEZ CORRENTE</u>		
PREVISTO	REALIZADO	ACIMA
0,77	0,93	21.%

Não existem intenções por parte da operadora em alienar sua carteira de clientes, “going concern”.

22. ATENDIMENTO ÀS INSTRUÇÕES DIRETIVAS – ID´S - ANS

A operadora tem atendido às solicitações das Instruções Diretivas (ID´S) emitidas pelo Sr. Diretor Fiscal legalmente instalado e empossado.

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2018, a **São Francisco** não possuía nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

a) Fatores de risco

A operadora apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

b1) Risco de crédito;

Advém da possibilidade de a operadora não receber os valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos em instituições financeiras geradas por operações de investimento financeiro.

Para atenuar esse risco, a operadora adota como prática de acompanhamento permanente do saldo devedor de suas contrapartes e análise periódica dos índices de inadimplência. Com relação às aplicações financeiras, a operadora dá preferência a realizar aplicações em instituições renomadas e com baixo risco de crédito.

b2) Risco de liquidez

Risco de Liquidez é a possibilidade da não existência de recursos financeiros suficientes para que a operadora honre seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando aos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Para atenuar esse risco, a operadora adota como prática de acompanhamento permanente o fluxo de caixa avaliando a adequação de prazos de recebimentos e pagamentos de operações relativas a plano de saúde, que normalmente são caracterizadas por prazos de recebimentos e pagamentos consideravelmente pequenos.

b3) Risco de taxa de juros;

O risco de taxa de juros advém da possibilidade da operadora estar sujeita a alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos os seus ativos captados (aplicados) no mercado.

Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a operadora adota a política de aplicações conservadoras em títulos de renda fixa (CDB, Fundos de investimento e RDC), aplicados em diversas instituições financeiras.

b4) Risco operacional;

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da operadora e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da operadora.

O objetivo da operadora é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação, e buscar eficácia de custos para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração.

A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da operadora para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

-
- exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
 - exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
 - cumprimento de exigências regulatórias e legais;
 - documentação de controle e procedimentos;
 - exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação e controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
 - exigências de reportar perdas e as ações corretivas propostas;
 - desenvolvimento de planos de contingências;
 - treinamento e desenvolvimento profissional;
 - padrões éticos e comerciais.

24.EVENTOS MÉDICOS-HOSPITALARES – INFORMAÇÃO REGULAMENTADA PELA ANS

A distribuição dos saldos do quadro auxiliar de EVENTOS MÉDICO HOSPITALARES ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR do Documento de Informações Periódicas – DIOPS do 4º trimestre de 2018 está em conformidade com Ofício Circular DIOPE nº 01, de 01/11/2013, referente aos planos individuais firmados posteriormente à Lei nº 9.656/1998, com cobertura médico-hospitalar e modalidade de preço pré-estabelecido.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR
(Preenchimento com valores líquidos de Glosas, Recuperação por Co-Participação e Outras Recuperações)

Planos Individuais/Familiares antes da Lei: 4111101

	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atend.	Demais Despesas	Total
Rede Própria	127.430,96	100.518,22	0,00	275.089,08	0,00	204.780,35	707.798,61
Rede Contratada	327.679,62	270.986,39	0,00	129.453,68	0,00	0,00	728.119,69
Reembolso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Intercâmbio Eventual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Formas de Pagamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Atendimento em Corresponsabilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	455.110,58	371.504,61	0,00	404.542,76	0,00	204.780,35	1.435.918,30

Planos Individuais/Familiares pós Lei: 4111102

	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atend.	Demais Despesas	Total
Rede Própria	1.140.810,55	2.180.819,23	1.212.776,58	2.580.982,74	786.884,98	226.116,37	8.128.190,45
Rede Contratada	5.989.255,41	3.712.946,26	0,00	385.664,09	569.842,70	0,00	10.657.708,48
Reembolso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Intercâmbio Eventual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Formas de Pagamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Atendimento em Corresponsabilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	7.130.065,96	5.893.565,49	1.212.776,58	2.966.646,83	1.356.727,68	226.116,37	18.785.898,91

Planos Coletivos por Adesão pós Lei: 4111104

	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atend.	Demais Despesas	Total
Rede Própria	1.505.771,42	986.762,49	150.083,91	2.411.358,68	1.321.098,58	168.628,36	6.543.683,44
Rede Contratada	1.231.994,79	1.809.980,91	144.179,04	493.892,75	0,00	0,00	3.480.047,49
Reembolso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Intercâmbio Eventual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Formas de Pagamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Atendimento em Corresponsabilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	2.737.766,21	2.596.743,40	294.242,95	2.905.251,43	1.321.098,58	168.628,36	10.023.730,93

Planos Coletivos Empresariais pós Lei: 4111106

	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atend.	Demais Despesas	Total
Rede Própria	1.891.806,02	562.334,28	252.679,59	2.235.342,48	1.240.588,85	158.805,35	6.141.356,57
Rede Contratada	1.175.527,81	1.251.647,27	242.765,58	425.779,51	0,00	0,00	3.095.720,17
Reembolso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Intercâmbio Eventual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Formas de Pagamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Atendimento em Corresponsabilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	2.867.133,83	1.813.981,55	495.445,17	2.661.121,99	1.240.588,85	158.805,35	9.237.076,74

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da **SÃO FRANCISCO ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações individuais do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SÃO FRANCISCO ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais”. Somos independentes em relação à entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Continuidade Operacional

Chamamos a atenção para as **NOTAS EXPLICATIVAS nº 21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO – PASSIVO A DESCOBERTO** a qual apresentou melhora em relação ao exercício anterior, conforme verificado em seus resultados do exercício. O Programa de Saneamento é de longo prazo e a avaliação do seu cumprimento está sob a estrita observância da agência regulatória e, não detectamos intenções por parte da operadora em encerrar suas operações. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto, uma vez que a operadora vem atendendo às solicitações emitidas pelo Sr. Diretor Fiscal até o momento, bem como não identificamos eventos subsequentes negativos que porventura pudessem modificar nossa opinião. Sendo assim, em nosso entendimento até a data da conclusão desta auditoria, existe baixo nível de incerteza relacionada a continuidade operacional que serviu como base para elaboração das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018 por parte da administração da operadora.

Outros Assuntos

As demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2017 foram auditadas por nós, contendo parágrafo específico em relação à incerteza material de continuidade das operações, em data de 28 de março de 2018.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e o relatório do auditor

A Administração da entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente

com as demonstrações contábeis individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da operadora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais, a não ser que a Administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da operadora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de

segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais. Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Singular. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da operadora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data



AUD7 – AUDITORES INDEPENDENTES LTDA

de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a operadora a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

29

De São Paulo (SP) para Petrolina (PE), 25 de Março de 2019



Aud7 Auditores Independentes Ltda
CRC 2SP024490/O-2

Alex Ribeiro Telo
Contador
CRC1SP 173.375/O-3 “S” “PE”
CVM 11363